

JESUS CRISTO PRATICOU A DEMOCRACIA DUAS PERSPECTIVAS PROTESTANTES SOBRE A ORDEM POLÍTICA NO BRASIL DE 1945-1955

João Marcos Leitão Santos*

Resumo: Neste trabalho investigamos dois documentos sobre o protestantismo e a ordem política brasileira: *Manifesto aos crentes evangélicos, aos adeptos e simpatizantes, a todos os brasileiros que temem a Deus (1945)* e *Manifesto do Evangelismo a Nação Brasileira (1954)*, apresentados pela Confederação Evangélica do Brasil que se pretendia representante do protestantismo brasileiro. Cotejando a sua fala com o principal antagonista na disputa pelos bens religiosos no período, a igreja católica, procuramos estabelecer seus elementos identitários. Buscamos, assim, caracterizar os elementos distintivos na agenda política do protestantismo entre os dois pronunciamentos, resultado da dinâmica interna daquele segmento do cristianismo, sua politização e o processo de reordenamento na sociedade brasileira no mesmo período.

Palavras-Chave: Protestantismo brasileiro; Quarta República; Religião; Política; Brasil.

Introdução

O protestantismo continua periférico nos estudos sobre a história religiosa e sócio-política do Brasil. As razões são várias, desde as especificidades do fenômeno – que demandam certo tipo de especialização para a investigação, passando pela pressuposta irrelevância do sujeito, sua condição de religião minoritária – até a pulverização das fontes, e eventuais restrições ao seu acesso. A maioria dos estudos ainda está confinada aos espaços acadêmicos majoritariamente em instituições da mesma confissão religiosa. Todavia, as investigações têm levado autores como Santos (1999, 2001, 2007) a uma segurança crescente do protagonismo do protestantismo em diversos momentos da vida política do país que não permite mais o abandono do seu resgate para a nossa história.

A partir de uma observação do Brasil da Quarta República e da remissão a outros interlocutores da vida política, investigamos neste trabalho dois documentos síntese do protestantismo brasileiro sobre a ordem política nacional: *Manifesto aos crentes evangélicos, aos adeptos e simpatizantes, a todos os brasileiros que temem a Deus (1945)* e *Manifesto do Evangelismo a Nação Brasileira (1954)*, apresentados pela

* Doutor em História Social/USP. Universidade Federal de Campina Grande.

Confederação Evangélica do Brasil. No intervalo que separa os discursos, estes refletem a trajetória do segmento protestante em busca de renovada presença política e seu diálogo com outros interlocutores que propugnavam por modelos específicos da ordenação do Estado, do regime e das práticas governativas, notadamente, a igreja católica romana.

Já lembrava Delumeau em seus estudos sobre a Reforma do século XVI que “[...] há que se buscarem causas religiosas numa revolução religiosa” (DELUMEAU, 1989, p. 195). Sugerindo com isto uma perspectiva pertinente nesta investigação, no sentido da não sobreposição das diversas dimensões que envolvem os discursos. Assim, os documentos aqui analisados são textos de um sujeito de identidade, antes de tudo, religiosa, embora seu conteúdo transponha a problemática das crenças e da doutrina para enunciar-se num discurso político. Uma vez que, como lembra Bièler, “toda religião induz a política; toda política oculta uma crença” (BIÈLER, 1999, p. 31).

1.O Brasil se redemocratiza: os sujeitos religiosos se apresentam

Os antecedentes do período de democratização, inaugurados no governo Eurico Gaspar Dutra, foram marcados por mudanças sócio-econômicas associadas à crise de poder das oligarquias rurais, à industrialização, à crise do café, etc., cujas consequências políticas obrigavam, dos diversos setores, incluindo os sujeitos religiosos da sociedade brasileira, novos padrões organizacionais.

A indústria impunha suas demandas diretamente ao poder do Estado. Através da sua Confederação, sem a mediação político-partidária, os interesses agrários o fariam através dos Institutos e, ambos, no Conselho Nacional de Economia. Este processo de fixação de diretrizes implicava numa subordinação das lideranças regionais, na modernização do aparelho do estado e no controle do capital estrangeiro. Completava o círculo o controle sobre a força de trabalho em nome de uma pretensa “paz social” e, assim, impunha o requisito básico da acumulação.

Também merecem respeito os homens que, dotados de faculdades administrativas excepcionais, dirigem grandes indústrias, procurando, com suas aptidões, beneficiar a produção, cooperar na felicidade dos seus auxiliares, dando aos operários um teor de vida digno do seu trabalho. (MANIFESTO, 1945, p. 6)

O fim da 2ª Guerra trouxe também efervescência destas classes trabalhadoras com o Movimento de Unificação dos Trabalhadores e a Confederação dos

Trabalhadores do Brasil (1944), criando uma nova forma de mobilização. Havia o objetivo de esvaziar o descontentamento popular absorvendo sua liderança e burocratizando suas demandas. O então presidente Getúlio Vargas tentou um alinhamento com as classes trabalhadoras e com o empresariado no seu sistema político trabalhista de centro-esquerda e nacionalista, através do PTB e do PSD: fórmula precária de integração sob o “Desenvolvimento Nacional”.

Haviam articulações para novos partidos e já se colocavam duas candidaturas que polarizavam a sucessão de Vargas: o PSD, assimilando o espectro social dependente do Governo, agregando os antigos partidos republicanos e substituindo-os por suas sedes regionais e, o UDN, com poucas possibilidades eleitorais em função de constituir-se como frente única dos descontentes, além da organização do PCB¹.

Eurico Dutra buscou autonomia em relação à máquina PSD/PTB que o elegeu e a Vargas que o apoiou contra Eduardo Gomes, passando a defender o rijo controle sobre as classes subordinadas - conseguida pela desmobilização, consenso e paternalismo² - para combater o aparecimento de instituições autônomas e construir no operariado urbano uma base ideológica e comportamental, ao mesmo tempo em que favorecia a iniciativa privada, abrindo um bom diálogo com os EUA através da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, bem como a economia do mercado estrangeiro.

1.1. Catolicismo

Neste contexto a igreja católica surge como ator relevante que superara a condição de subordinação que o regime de padroado impusera durante o Império, subjazendo, todavia, à ideia de que, a experiência de fé prescindia o compromisso e a ação política. Este perfil passou a se modificar na segunda década da experiência republicana. Sendo a *Carta Pastoral a Olinda*, do Cardeal Sebastião Leme, considerada por muitos o marco inaugural de uma nova perspectiva com vistas a “penetrar nas principais instituições sociais” (MAINWARING, 1989, p. 45).

A década de trinta tinha sido fecunda em prover o catolicismo de elementos para a nova ordem democrática. A liderança de D. Sebastião Leme e suas relações interpessoais com Getúlio Vargas, a Ação Católica – que alinhada à Sé Romana era o pólo de aglutinação das ações do laicato –, a Liga Eleitoral Católica, o Centro D. Vital com os intelectuais que em torno dele se organizaram, já indicavam a possibilidade e a

necessidade de uma ação política orientada, restando como tarefa sua adequação à conjuntura do novo contexto (ROMANO, 1979).

No cenário de novos atores políticos e novas perspectivas ideológicas, o catolicismo estava bastante atento para o fato de que as disputas políticas não permitiam vacuidades, isto é, não haviam espaços vazios na arena política. Assim, era urgente a tarefa de organizar a sua intervenção política.

O principal recurso foi a organização – sem autonomia – do laicato na igreja³², e um maciço enfrentamento nas questões relativas à educação: fatores que conjugados favoreciam a estratégia católica de manter o Estado formalmente laico, restrito ao plano legal, mas sujeito a ampla intervenção dos interesses eclesiásticos. Este quadro não causa estranheza se entendermos que “o estado, percebendo que tinha muito a ganhar com a Igreja, seguiu a oportunidade de negociar alguns privilégios em troca da sanção religiosa” (MAINWARING, 1986, p. 47).

Uma expressiva evidência desse acordo pode ser visto em um documento da Igreja, emanado do Episcopado, com o sugestivo título de *Disciplina e Obediência ao Chefe de Governo* de 1942. Havia disseminada no clero e nas lideranças católicas, a ideia de que o discurso varguista do anticomunismo, da ordem, do nacionalismo como proposto na legislação vigente, convergia com a doutrina social da Igreja – aporte ideológico do catolicismo a partir dos anos 30, com vistas a “catolicizar as instituições” do Estado.

Em 1945 a igreja afirmava, claramente, – como se vê no Episcopado – sua postura reforçando o modelo de aliança em construção desde os meados dos anos vinte (AZZI, 1977).

Sem a colaboração da igreja, qualquer esforço inspirado em falsos princípios será frustrado, senão imprudente. Ao reformar as instituições e regenerar os costumes, a intervenção da Igreja é uma condição necessária para o sucesso (EPISCOPADO, 1945 p. 422)

Há uma ambivalência recorrente nos discursos e iniciativas do catolicismo no processo de sua afirmação política. Por um lado, sua força social estava associada ao contingente de profanos daquela religião, muito embora a maior parte dos brasileiros fosse de “católicos nominais”: aqueles que assim se declaram sem, contudo, vivenciarem a sua religião. A “irreligiosidade” dos católicos deveria ser corrigida,

porque “a ignorância religiosa continua a ser o maior óbice à dilatação do reino de Jesus Cristo” (IGREJA, 1946, p. 942).

Por outro lado, institucionalmente, a ação visava intervir e influenciar na ordem política. Esforço este que se condicionava ao primeiro, pois o poder de diálogo, enfrentamento, ou pressão dependia da capacidade de mobilização de contingentes expressivos da sociedade, por isso, a exigência de “recatolicizar” os católicos”.

Segundo a hierarquia, o reordenamento do país era antes de tudo uma questão moral, entendida como redirecionamento das consciências para conformar-se a um padrão que era a doutrina cristã, católica. O acento recaía sobre a família e a educação. Entretanto, o cenário se mostrava incerto. A emergência de outras forças fez com que a igreja elege-se, precocemente, seus adversários. Dentre os quais se destacavam o comunismo e o protestantismo, além da secularização e do “modernismo”. Nesta investigação interessa em particular a “ameaça protestante” que além da expansão numérica também revelava crescente presença social.

1.2.O Protestantismo

Como indicamos em outro trabalho (SANTOS, 2001), o protestantismo na Quarta República reflete o fato de, a partir dos anos 20, haver o favorecimento jurídico das religiões não-católicas, sem que isso implicasse em menor pressão por parte da Igreja Católica, sobretudo, os benefícios da aproximação com o Estado na Era Vargas.

Com o fim do período Vargas, a experiência pluralista, cuja marca política estava na Assembleia Nacional Constituinte de 1946, foi recebida com entusiasmo pelo protestantismo, o qual via no governo Estado Novo, um afastamento progressivo do seu sonho democrático e via um favorecimento ao culto católico.

O protestantismo estava emergindo de suas crises institucionais⁴ no período anterior. Em franco crescimento, adentrava discretamente nas classes médias, sobretudo, através dos colégios, ao mesmo tempo em que abria novos espaços de participação política como se mostra na representação parlamentar, mantendo, todavia, restrições quanto à aproximação das forças de esquerda.

Tal inserção política foi incrementada subsequentemente através da militância da juventude evangélica, principalmente através da *União Cristã Evangélica Brasileira*. Sua dinâmica alcançou desde um pietismo esclarecido até a prática de guerrilha, os

quais viram em Richard Shaull⁵ seu principal ideólogo. Esta intervenção teve o incremento também pela ação da Confederação Evangélica Brasileira-CEB.

Como resultado dos esforços protestantes na América Latina, em 1916 no Congresso do Panamá, os países incrementaram seu processos organizativos com vistas a fortalecimento do empreendimento protestante. Criada em 1934, a Confederação resultou da fusão da Comissão Brasileira de Cooperação, do Conselho de Educação Religiosa e a Federação de Igrejas, sucedâneos da União das Escolas Dominicais e da Aliança Evangélica, respectivamente.

A organização tinha como metas; o incremento das relações internacionais com agências de interesse protestante; a expansão da ação missionária nos países de língua portuguesa; a promoção das missões indígenas; a ampliação das atividades das denominações protestantes no país; e a reunião de associações dispersas para o trabalho social.

No dizer de Alexander Reily,

Intensifica-se o movimento feminista. As correntes imigratórias avultam, sobretudo do Extremo Oriente. A situação econômica do país avoluma o problema das classes laboriosas. Há um despertamento de forças sociais que buscam expandir-se em benefício do país. (REILY, 1989: 255)

Como resposta às dinâmicas da sociedade brasileira, a Confederação instituiu os Departamentos de Imigração e Colonização, a Ação Social, as Atividades Religiosas e Educativas, a Mocidade e, a Literatura para a realização de ações específicas. Góes nos informa que

Pretendia ser a Confederação o instrumento de expressão das aspirações das igrejas evangélicas brasileiras, mantendo contato com a imprensa e com os órgãos do governo. Pretendia, igualmente, contribuir para o equacionamento dos problemas nacionais numa perspectiva evangélica e estabelecer críticas a situações que viessem a deformar o sentido pleno da humanidade e atingir os direitos e a liberdade de culto. (GÓES, 1989, p. 124).

Apesar de, em 1942 no Congresso de Obreiros da Confederação Evangélica do Brasil, ao conferenciar sobre o tema “O Evangelho mais Amplo”, o reverendo Galdino Moreira afirmar que:

o evangelho não é para um grupo... é para o mundo presente e que luta com suas atuais condições físicas, sociais, econômicas, materiais e espirituais. E que os homens de hoje não estão preocupados

*primariamente com coisas distantes, com o céu, com o futuro depois da morte, mais com a vida agora. [...] não se está preocupado com teorias e doutrinas, mas com **homens e realidades contundentes e fortes** (MOREIRA, 1942, pp. 15,17) (grifos nossos).*

a resistência a atividade política era prevaiente.

Igualmente no relatório da Secretaria Geral da Confederação Evangélica do Brasil, no biênio 42-45, após os lamentos pelos flagelos da guerra, afirmava o Secretário-Geral:

*O mundo caminha mais e mais para a autoridade representativa. Os governos, **sem desprezar os direitos individuais**, sugerem as classes que se organizem, e as associações que se congreguem. É do próprio interesse de cada classe de indivíduos e de cada grupo de entidades associar-se, para melhor alcançar os seus fins, pelo poder da representação. **Não poderiam as igrejas evangélicas desprezar este exemplo.** (ANDERES, 1944, p. 12) (grifo nosso)*

E no item dois do mesmo relatório, a Defesa do Evangelismo, afirma que “a defesa dos **interesses do evangelismo** gira em torno de **insinuações malévolas dos inimigos da liberdade religiosa** pela imprensa; da intromissão indébita e abusiva de determinada corrente religiosa nas repartições públicas [...]”, (Id. p. 12) [grifo nosso] o que nos deixa uma dupla evidência: primeiro que havia claros e determinados *interesses do evangelismo* a serem administrados; segundo, que a batalha pelo estabelecimento ou pela defesa destes interesses tinha como arena o espaço profano, público, mesmo que se reconhecesse a ingerência de “determinada corrente religiosa”, mencionado ainda, a imprensa e setores do poder público. Os antagonistas são descritos de forma contundente:

[...] traidores da fé, emissários do diabo, pois só assim poderiam ser classificados os que pretendessem valer-se dos desígnios de sagrados da religião cristã, para trair e avassalar os povos que os recebem, ou que pretendessem modificações políticas que escapam a alçada da igreja, por mais justas que pareçam. (MANIFESTO, 1945, p. 42).

Vale lembrar que a Confederação Evangélica do Brasil, incluída por dispositivo estatutário, é organizada como órgão de representação do protestantismo. Mas o contexto parece sugerir a um observador mais atento, que o nível de representação, não esgotava completamente as possibilidades de assegurar tais interesses e, no protestantismo em geral, a resistência à intervenção política direta prevalecia.

As Igrejas Evangélicas Brasileiras que, desde os primórdios de sua obra, vêm preparando os seus membros e congregados para o devido desempenho dos deveres cívicos e sociais, não participam de movimentos políticos, mantendo seus púlpitos e suas aulas de religião em terreno neutro de doutrinação cívico-religiosa, não partidária. (MANIFESTO, 1945, p. 45).

Já nas Assembléias Gerais de 1928 e 1936 A Igreja [Cristã] Presbiteriana no Brasil toma clara posição quanto à intervenção política.

O S. C. [Supremo Concílio] afirma: 1º - que o ministro não pode interferir numa campanha política sem prejuízo de sua obra evangélica e influência espiritual; 2º - que precisa conservar-se neutro numa questão em que os membros da Igreja estão divididos; 3º - recomenda que os crentes exerçam seus deveres cívicos e políticos. (ASSEMBLEIA, 1928, pp. 38, 39).

O S. C. resolve declarar que escapa a sua competência como Concílio espiritual, opinar sobre ideologias e partidos políticos – Compete aos cristãos obedecer às autoridades legitimamente constituídas e realizar os deveres de cidadão, nunca devendo adotar qualquer ideologia que atente contra os princípios evangélicos da liberdade civil, de consciência e da ordem e da paz social. (ASSEMBLEIA, 1936, apud. NEVES, 1950, p. 200)

Desta forma, fica estabelecido explicitamente o interdito sobre a participação política.

1.2.1. Em busca de um perfil político do protestantismo

A imprensa protestante, anterior aos anos 40, tem uma característica fundamental: oferecer ao eleitorado evangélico orientação política, particularmente quando referido a pleitos eleitorais. Estabelece o Manifesto:

Quanto às eleições nacionais que para breve se realizarão, recomendamos aos nossos irmãos, que se abstenham de qualquer atuação política que envolva a responsabilidade da igreja, pois esta não tem outra missão a cumprir senão formar o caráter dos seus membros de tal maneira que eles adquiram capacidade individual para o exercício do voto e escolha de partidos que melhor atendam suas tendências sociais... e desde que esses programas não estejam em contradição com os princípios morais e éticos do Evangelho. Entretanto, todos nós nos sentimos obrigados a trabalhar pela adoção de leis que melhorem as condições dos trabalhadores. (MANIFESTO, 1945, p. 45).

Embora se combata o fascismo, o franquismo e o integralismo – compreendendo estes como tendo como “patrono” o catolicismo –, o maior perigo ainda é o comunismo, “inimigo da família brasileira”. Há uma profusão de artigos nos jornais em relação ao comunismo, destacando, sobretudo, a falta de liberdade nos países da cortina de ferro.

A queda de Vargas foi vista como “tranquilizadora para o Brasil”. Quanto a fixação das eleições, esta deve ser entendida pelos protestantes como uma vitória da democracia. A visão de uma ordem calcada sobre a democracia também tem um cunho utilitário, pois é o “melhor clima para a pregação” e, portanto, o momento do exercício da cidadania protestante.

São 300.000 protestantes em condição de votar e fazer prevalecer seus interesses se, com isso, atentarem principalmente para os candidatos e os partidos com seus programas. Não se admite mais a apatia política; as reservas sim, abster-se de votar, não. A chave para a conduta protestante está na tríade de respeito à autoridade. Bastando dela, nada receber senão o direito e, conservar a independência em relação a governos, porque “[...] importa obedecer as autoridades constituídas não pelo temor do castigo, mas por amor a ordem e ao bem estar da coletividade” (MANIFESTO, 1945, p. 21).

Havia um receio um tanto sutil de confundir participação com subordinação, isto é, não confundir civismo e patriotismo com apoio ou comprometimento com o governo. A bandeira de luta foi sempre a liberdade de consciência como apanágio da liberdade religiosa, cujo exercício cívico, ou seja, o voto, é uma expressão prática efetiva.

Nas eleições de 2 de dezembro de 1945, há um *discreto* apoio à candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes para “não dar a entender” algum partidarismo político. Entretanto, a opção é mesmo pelo Brigadeiro. Não é difícil inferir a razão, se compararmos os discursos de ambos neste ponto de particular preocupação do protestantismo com a liberdade religiosa. Como exemplos, podemos citar pronunciamentos ocasionais de ambos candidatos, como podemos ver a seguir; Dutra em Belo Horizonte:

*Sensibilizado pela ambiência cristã da terra mineira, não quero terminar estas palavras, se elevar meus pensamentos aos esplendores da religião, de forma tão sugestiva representada, em arquitetura característica em suas igrejas em todo o seu território. Nesta hora de crise tremenda por que passa o mundo, neste momento inquieto da vida nacional, quando o sentimento anti-religioso animando partidos, conspira contra a **crença***

que embala e protege o Brasil desde o seu descobrimento, cumpre-nos marchemos ombro a ombro, todos os que temos como dever zelar pelos destinos da Pátria brasileira [...] Nessa luta desassombrada, na qual estamos também empenhados, contra declarados inimigos da Igreja Católica, da civilização cristã, da idéia de Pátria, da atual ordem econômica e social, enfim, nessa ameaça ao Brasil, no que ele tem de substancial na vida do seu povo e na seiva do seu nacionalismo, é dever patriótico contar com o apoio de todos e com todos cerrar fileiras contra o adversário comum. (O Globo, 08.09.1945) (grifo nosso)

Eduardo Gomes, à imprensa carioca:

Quando se diz liberdade, não se pode pensar em limitações, senão aquelas que a lei impõe. Sou católico praticante como não é segredo para ninguém. Mas por ser católico, não é que vou exigir todos os meus patrícios o sejam. A liberdade de culto é um dos postulados que constitui a democracia. Falsearia, inteiramente, os ideais democráticos, se pretendesse limitar a liberdade de culto ou a liberdade de pensamento. (O Globo, 28.08.1945)

3. Um modelo de intervenção política

A esfera política é o espaço de enfrentamento onde os grupos que ocupam o poder e os que o perseguem lutam contra os que lhes ameaçam os projetos. Enfrentamento este cujo caráter é fornecido, em regra, pelo *status* social dos oponentes.

De modo geral, como sugere Duverger (1970), a relação entre o conflito e a integração é complexa. A contestação da ordem social existente é imagem e projeto de uma ordem superior que se persegue. Nesta ambiência, as instituições políticas determinam o quadro no interior do qual se desenrolam os combates políticos e se desenvolvem os antagonismos; arena que também é um fator destes antagonismos.

Assim, relata Duverger

Integrando cada um dos comportamentos particulares numa representação do conjunto da política, as ideologias influenciam estes comportamentos. A influência é tanto mais forte quanto mais complexa, mais precisa e sistematizada é a ideologia, quanto mais o cidadão a conhece melhor, e mais completamente a ela adere.

Cada atitude política particular é ao mesmo tempo a resposta a uma situação concreta surgida na vida social e a manifestação de uma visão global do poder, das suas relações com os cidadãos e dos conflitos de que ele é alvo, visão global que constitui precisamente a consciência política. Quanto mais a consciência política estiver desenvolvida maior é a sua influência e menos cada atitude é comandada pelos dados da situação particular. (DURVEGER, 1970, p. 117) (grifo nosso).

Estas questões, às quais demos destaque, são as mais pertinentes para a compreensão da intervenção política do protestantismo no Brasil. Principalmente porque, se a intervenção buscava maximização da eficácia, a precisão e sistematização das suas concepções sobre a ordem social e prática política eram proporcionalmente crescentes, a fim de produzir adesão e resposta ao contexto de sua inserção. Dessa forma,

A formação da mentalidade trabalhista garantirá o futuro da nossa Pátria, porque somente os cérebros metalizados poderão acreditar na possibilidade de um mundo novo e feliz onde não se realizem estas condições: liberdade para o desenvolvimento dos dons e capacidades, com relativa melhora nas condições de vida; respeito a propriedade particular, adquirida legitimamente e sem prejuízo da possibilidade de trabalho para outros que estejam privados da terra, mercê do latifúndio; direito do trabalhador a um salário que responda por todas as exigências da vida, como seja alimentação, tratamento de saúde, educação dos filhos, limitação de horário, férias regulamentares, estabilidade e aposentadoria.

[...] todos os que possam dar aos nossos patrícios a inteligência das leis trabalhistas que, executadas e melhoradas, constituem desde já o alicerce de uma harmonia fecunda entre as classes trabalhadoras.

A estabilidade, depois de dez anos, e a indenização proporcional aos anos de serviço têm como finalidade formar um ambiente tranquilo no lar proletário, livre do terror do desemprego [...]

A proteção a gestante, as licenças remuneradas para tratamento de saúde, as férias periódicas sem prejuízo dos vencimentos, a proibição de trabalho para mulheres e crianças, em serviços e lugares perigosos, completam a legislação previdente [...] (MANIFESTO, 1945, p. 30)

Os salários, as horas limitadas de serviço, a proibição da interrupção do trabalho, a título de represália dos patrões, o acréscimo do salário para melhorar o padrão de vida aos que trabalham horas além das normais, a regulamentação do serviço noturno [...]

Também devemos notar que essa legislação é o maior benefício que se poderia oferecer aos empregadores, pois nivela as obrigações, evitando as competições desonestas à custa do sangue do trabalhador. (MANIFESTO, 1945, p. 31)⁶

A percepção capaz de responder à demandas sócio-políticas de seu ambiente e de sua época seria o resultado da *perspectiva* (visão global) da conjuntura ampliada, anunciada no Manifesto como estando o evangelismo “atento aos problemas da civilização moderna, preservando o seu esforço de aliviar o sofrimento e alertar a opinião pública contra os erros cometidos, visando atingir as fontes donde surgem a

corrupção e a miséria” (MANIFESTO, 1945, p. 2). Isto não só no plano secular, como também entendida enquanto missão da igreja e expressão da fé no serviço, uma vez que “não existe felicidade sem exclusão do mal. E exclusão do mal só se efetiva por meio de um poder sobrenatural na luta entre matéria e espírito”, e ainda “a tremenda catástrofe que assistimos só pode ser enfrentada pela noção cristã de serviço[...]” (MANIFESTO, 1945, pp. 17,18) para o bem de todos. Então,

A todos vós, que tendes dado atenção às nossas considerações; que desejais um mundo melhor depois da guerra tremenda, fruto das ambições desordenadas; que esperais para nossa pátria querida uma esplêndida oportunidade para servir aos outros povos, pelo seu exemplo e pela sua cooperação, entregamos o exame dos fatos e a síntese das nossas conclusões: os males que nos assoberbam têm como fonte única o desrespeito aos ensinamentos dos Evangelhos, a deturpação dos seus propósitos, a recusa do Reino de DEUS pelos homens da geração presente, para os quais se tornou preferível uma religião tradicional em vez da vida de comunhão com CRISTO e a submissão aos seus mandamentos. (MANIFESTO, 1945, p. 40) (grifo nosso).

Somente assim poderia expectar uma atitude política ativa – bem delimitada – destinada a distinguir-se da postura católica. Prevenindo-se contra falsas compreensões, cuidou de afirmar o Manifesto:

Cumprir informar a todos quantos se interessam pelas nossas comunidades que adotamos os princípios cristãos de absoluta separação entre a Igreja e o Estado, esperando desse o respeito para com a liberdade de consciência e de pensamento, oferecendo-lhe a nossa leal ajuda, no sentido de formar uma geração respeitosa para com os governantes, fiel aos deveres cívicos, honesta nas suas atitudes e propósitos. (MANIFESTO, 1945, p. 44)

A ideia de nação possui duas espécies de iniciativa sobre os antagonismos políticos: como sistema de valor, ela restringe o conflito pelo consenso nacional (integração) e os exprime dissimulando interesses dos grupos por trás de uma ideologia (camuflagem). Para o protestantismo seus valores perpassavam o ideal de nação, entendida através da perspectiva seguinte:

Por melhor que sejam as leis, jamais serão eficientes, se não formarmos uma geração de sadio patriotismo e de fidelidade absoluta aos destinos da nação. Patriotismo verdadeiro não exalta, apenas, a beleza dos céus... nem vive das glórias dos heróis do passado... o leal servidor da Pátria respeita o Governo, cumpre as leis, protege e respeita os direitos dos concidadãos, pois um povo será respeitado por outros povos na

medida em que ele mesmo saiba honrar e respeitar a cidadania dos seus compatriotas. (MANIFESTO, 1945, p. 26) (grifo nosso)

Além de experiências como, a União Cívica Paulista, a Coligação Pró-Estado Leigo nos anos vinte, o procedimento de grupo de pressão pode ser reconhecido facilmente na presença da Confederação Evangélica do Brasil, na estratégia de operar conforme o direito de associação para defesa de interesses.

Secundamos os apelos ao nosso governo para que todos os cidadãos se agreguem em sindicatos legítimos, procurem descobrir e eleger os melhores homens para a direção desses grêmios, afim de que a vontade dos trabalhadores, legitimamente apresentada e defendida, em harmonia com os interesses dos empregadores e membros de profissões liberais, seja respeitada em todo o território nacional. (MANIFESTO, 1945, p. 25).

O protestantismo – fundado em crescimento numérico e levado a uma população de quase 4.000.000 de aderentes, trouxe sobre si inevitável visibilidade social, beneficiando-se também de uma conjuntura simpática à pluralidade na manifestação das ideias, antítese das coerções do Estado Novo – apresenta-se como um interlocutor cada vez mais ativo no país. Todavia, esta sua crescente presença social antagonizava com sua retórica clássica de ocupar-se apenas das questões “espirituais” e de uma quase cúmplice sujeição ao Estado e ao governo.

Nós discípulos do Senhor JESUS CRISTO, de boamente nos submetemos ao nosso governo, acatamos suas determinações e acreditamos que somente este governo tem a capacidade de nos determinar... quando nossas liberdades e atitudes devem ser alteradas, para a salvaguarda dos interesses políticos de comunidade nacional. (MANIFESTO, 1945, p. 44).

o desrespeito as leis do país [...] No sentido religioso podemos afirmar que pouca esperança resta para os tais de obter salvação eterna [...] (MANIFESTO, 1945, p. 31)

Com interesses ancorados em valores religiosos, o protestantismo imaginava um Brasil ao qual a ele coubesse o dever e empenho de construir. “A Confederação Evangélica do Brasil reunida para *analisar os problemas do pós guerra*, compreendeu que deveria dirigir-se a todos os que se interessam em contribuir [...] no sentido de vitalizar a sociedade brasileira” (MANIFESTO, 1945, p. 3). O processo não era simples pois, implicava forjar uma identidade para si mesmo e enfrentar outros sujeitos sociais

expressivos, marcadamente a igreja católica romana. A pátria seria, pois, vitalizada de dissensão.

O momento mais radical nesta trajetória parece ter sido a viabilização de uma organização político-partidária que se imaginava ser capaz de fazer convergir sobre si – além dos próprios adeptos do protestantismo –, setores sociais simpáticos aos elementos do seu discurso, o que não resultou em sucesso.⁷

4. Protestantismo: representação e comportamento político

Na explicação proposta por Greaves, sobre o comportamento político do protestantismo, está um elemento aplicável a nossa investigação. Diz o autor:

Além da influência na promoção da uniformidade exercida pela tradição, costumes, hábitos, imitação, educação e impacto do código social aceito, existem similaridades de experiências entre aqueles que vivem no mesmo meio. Tais são as bases irrefutáveis da unidade social [...]

Quanto maior a disparidade de experiências entre diferentes grupos e classes na nação, tanto menos provável é o acordo de ideias, pois, subjacente ao acordo está o fato de estímulos semelhantes tenderem a mesma reação em organismos similares condicionados. (GREAVES, 1969, p. 129).

Em outras palavras, do ponto de vista da organização e da vida social, o protestantismo e os demais segmentos sociais viveram a mesma experiência, e outros acontecimentos como a Segunda Guerra, sob a mesma ordem política, o Estado Novo.

A variação no cenário político e o mencionado pluralismo que se instituiu, facultava que agora as ideias se emancipariam do arcabouço forjado pelo Estado autoritário, e do apelo à unidade em função da guerra, com perspectiva teleológica de progresso: “Ó caríssimos irmãos em nosso Senhor JESUS CRISTO! Recomendamos-vos que participeis do esforço universal na organização de um mundo melhor [...]” (MANIFESTO, 1945, p. 15).

Portanto, mesmo herdeiro de similaridades de “condicionamento”, cada grupo vai, simultaneamente, manter a herança recebida e incorporar-se a nova conjuntura, apresentando suas concepções e suas cosmovisões, porque “O panorama da nossa Pátria, nas suas transformações sociais, permite-nos acalentar a esperança de que será possível alcançar dias melhores [...]” (MANIFESTO, 1945, p. 7). O protestantismo caminhou para uma compreensão de Estado como uma entidade cooperativa, “cativo” da eliminação dos elementos impeditivos ou inibidores desta cooperação. Tornando-se,

dessa maneira, mais importante criar instrumentos que impeçam o litígio, do que apenas criar fórmulas para resolvê-los – o que representa em última análise garantir a sua sobrevivência em condições ideais. Isto seria facilitado se fosse possível mapear previamente as origens das tensões que concentram suas forças sobre as matrizes da coesão social. Parte expressiva do Manifesto se destina a propor uma concepção de Estado.

*Uma clara noção de Estado deve ser retificada e divulgada entre todos os que amam a pátria e desejam-lhe dias sempre melhores para o futuro. **Governo** é a expressão da vontade de um povo, por meio de eleições, onde essa vontade seja manifestada livre e conscientemente. A **liberdade** consiste em evitar as interferências alheias à manifestação pessoal. Uma **eleição** não passa de uma fraude legalizada, quando interfere em forças que procuram coagir a vontade do cidadão [...] A consciência, necessária para o cumprimento da escolha, é o estado em que o indivíduo [...] escolher entre os candidatos indicados. Chamados, pois, ao exercício do voto, roguemos a DEUS, primeiramente, que um sincero patriotismo, uma nobreza cristã, presida os destinos do povo, e que as eleições sejam feitas, visando o engrandecimento da Pátria e não aos mesquinhos interesses de castas e grupos. **Devemos fazer de nosso voto o expoente de nossa fé, de nossa religião, de nosso Cristianismo.** (MANIFESTO, 1945, p. 21) (grifo nosso)*

Esta coesão, objetivo do Estado e jamais unanimidade, pode ser facilitada na medida em que se consiga estabelecer elementos gregários suficientemente fortes (anticomunismo, ordem, nacionalismo, etc.) que permitam o compromisso dos diversos atores políticos e sociais, através da adequação de meios que promovam a “adaptação pacífica” destes setores na – nova – ordem institucional.

Assim, é possível compreender que o protestantismo enquanto se qualificava – pela via organizacional – para participar do reordenamento da vida democrática, colocava-se acessível ao compromisso político, desde que não antagônico a axiologia dos seus fundamentos religiosos. A própria fé era a matriz para a cidadania cooperativa, pois, “nunca se ouviu dizer que alguém se tornasse mau cidadão, esposo infiel, pai desnaturado, empregador desarrazoado, funcionário indigno” pelo fato de observar a lei divina (MANIFESTO, 1945, p. 16).

Sob certo ponto de vista, não seria equívoco afirmar que o protestantismo se encontra num “estranhamento cultural”, uma vez que:

Em qualquer dado período da história de uma cultura, alguns indivíduos se interessam pelo estranho, pelo desprezado, e pelos valores incompreendidos,

Similarmente, aqueles que se sentem frustrados porque o corpo de valores não lhes dá a sensação de ter uma função na vida social, sejam porque suas atividades são socialmente reconhecidas como significativas, seja porque não lhes proporciona oportunidade de atividade útil [...] [ou porque] constituirão uma crítica viva ou, talvez, um elemento dissidente a ameaçar a estabilidade do conjunto.

A “sociedade civilizada”, no entanto, comete facilmente o erro de alegar que os valores “tradicionais” devem ser impostos, embora aqui o erro assuma forma diferente. (GREAVES, 1969, pp. 146, 147) (grifo nosso).

Reconhecidos os direitos como parte essencial das *finalidades sociais*, volta-se para eles, fundamentalmente, o protestantismo nos termos que a descrição aqui sugere. “As leis promulgadas,” informa, “resultam de uma visão dos homens de Estado, tomada em conjunto, para harmonizar os justos reclamos da coletividade, ainda que muitas delas pareçam ferir privilégios individuais” (MANIFESTO, 1945, p. 22). A apropriação, por parte dos protestantes no Brasil, de uma posição contestatória também impunha colocar-se em condições de igualdade discursiva com outros sujeitos, notadamente, com o catolicismo.

Assim, pois, todos os que adotam as normas cristãs dos Evangelhos devem, quando nas posições de governo, pela doutrina e cristã e pelo senso de elevado patriotismo, evitar o desrespeito às leis, o protecionismo ilegal, a feitura de dispositivos visando a distribuição de favores a pessoas da intimidade, e tudo quanto possa levar os governadores (sic) a um complexo de inferioridade em face de outros concidadãos. (MANIFESTO, 1945, p. 23).

Percebendo-se como sujeito social de relevância crescente e apoiado no seu acento numérico – entendendo eticamente justa e religiosamente fiel a sua demanda por um lugar não mais marginal dentro da sociedade plural e democrática que se inaugura na Quarta República –, o protestantismo voltava-se também para a representação política.^{82?}

Bobbio sugere uma explicação para a questão representativa, ao apontar uma vinculação de natureza simbólica e psicológica para este modelo de relação e para o exemplo que utilizamos.

*[...]os grupos pouco integrados, marginais de um sistema político terão **necessidade** não só de representantes que zelem por seus interesses, mas*

ainda de representantes que, pelas suas características pessoais neles se possam identificar e sentir-se ‘presentes’ na organização política. (BOBBIO, 1981: p. 1104) (grifo nosso).

Na ausência de um projeto político elaborado e gregário⁹ ampliava-se a possibilidade de minimizar os compromissos sistematizados da representação. Desta forma, caso fossem mantidos os elementos mais caros do discurso protestante¹⁰, a atuação parlamentar seria mais livre e mais vinculada a sua filiação partidária e ao seu arcabouço ideológico pessoalizado.

O principal objeto de interesse do protestantismo brasileiro de então era assegurar um estatuto jurídico e uma flexibilidade social no país, assegurando o desempenho e o crescimento de suas práticas religiosas, através da disseminação de sua doutrina, seguindo a máxima de que “a democracia é o melhor regime para a pregação do evangelho”.

Defensor da democracia, diz o documento, “Jesus Cristo praticou a democracia”. O protestantismo hipotecou apoio àquelas iniciativas que implicavam na manutenção ou promoção de uma ordem democrática, “suas liberdades básicas: o direito de escolha dos seus governantes, o direito de livre manifestação do pensamento, o direito a um grau de conforto correspondente ao trabalho realizado, o direito de servir a DEUS de acordo com a sua própria convicção” (MANIFESTO, 1945, p. 3), na salvaguarda da legitimação do modelo instituído apresentando-se como intransigente defensor da “ordem”. A remissão ao modelo de funcionamento da sociedade brasileira, a ordem econômica, a política social e de trabalho, foram objetos de preocupação recorrente sem, contudo, voltar-se a alteração da Ordem.

Aos amigos que pretendem seguir em suas vidas a orientação dos Evangelhos cumpre-nos apresentar a nossa convicção a respeito dos sistemas políticos que se entrecrocaram no mundo dos nossos dias. (MANIFESTO, 1945, p. 24).

[...] se é verdade que a democracia tem erros naturais pelo exercício do poder para o qual nem todos estão preparados... o progresso da democracia, a despeito dos erros, é seguro, apesar de vagaroso, porque se firma na evolução da personalidade.

Todavia, importa que a democracia não seja explorada pelos recursos financeiros dos poderosos, e se fortifique na educação moral dos povos. (MANIFESTO, 1945, p. 25).

Desse modo, a intenção de monitorar a política no país voltava-se para alguns princípios da ética individual a serem estimulados, como por exemplo, a abstinência do álcool. De forma menos explícita, aludia à questões políticas e de governo, no intuito de restaurar a sociedade através da regeneração individual. (Cf. AZEVEDO, 1983).

Não vemos, prezados amigos, outro caminho para o mundo melhor de amanhã senão quando cada indivíduo se tornar uma criatura superior [...] Não vemos outro caminho para a regeneração das massas, senão pela multiplicação da regeneração dos indivíduos. (MANIFESTO, 1945, p. 40).

Apesar disso, a expansão que experimenta nas décadas de 40, 50 e 60, imprime no poder público a “sensibilização” de não ignorar o protestantismo como força política em potencial, como atentou Eduardo Gomes.

4.1.Representação Parlamentar: Guaracy da Silveira

Uma tipificação do pensamento protestante pode ser verificada no discurso parlamentar do deputado Guaracy da Silveira. Durante a legislatura inaugurada em 1946, “apesar de haver ocorrido maior número de candidaturas protestantes à Câmara Federal” (FREESTON, 1995, p. 156), apenas se elegeu o ex-deputado “socialista” Guaracy Silveira. Ele estava de acordo com os protestantes ao afirmar que a ordem social se constrói a partir do ideário religioso, da ética social cristã, e afirmava que “a religião não deve ser envolvida na política [...]”. Mas, ao contrário, “os homens devem levar para seus partidos o seu caráter e o seu cristianismo”¹¹ (GS 1946/6:49) isso “enquanto a moral cristã não for aplicada as relações entre os representantes do povo.” (GS 1946/8:148).

[...] fazemos momentosa advertência no sentido do franco regresso às fontes puríssimas do genuíno Cristianismo [...] pois esse é o caminho único, pelo qual os homens podem atingir, na terra, a felicidade temporal e eterna. (MANIFESTO, 1945, p. 3)

Não devemos pois confundir o Cristianismo DE CRISTO com os ensinamentos dos homens, de qualquer religião, ou de qualquer comunidade religiosa [...] (MANIFESTO, 1945, p. 4).

[fracassos do mundo contemporâneo] são devidos exatamente ao abandono dos ensinamentos morais dos Evangelhos.

O problema de um mundo futuro, mais digno das grandiosas conquistas da inteligência, depende da adesão pessoal à causa da Justiça, do Bem, da Verdade e da Harmonia. (MANIFESTO, 1945, p. 5).

Da mesma forma, entendia que o comunismo era um mal a ser combatido, pois constituía maior ameaça pela sua capacidade de seduzir as classes trabalhadoras, de maneira que, se os trabalhadores não vissem o cristianismo em seus patrões, abraçariam a descrença própria do materialismo. Pela mesma razão sugere uma cruzada “cívica cristã” contra a prática de sonegação fiscal e de falsas declarações dos impostos de renda.

O discurso a seguir de cristianização das relações políticas e sociais mediada pela *educação* é a principal característica do discurso de Guaracy.

Ao professor primário, maiormente, compete plasmar a mente e as almas dos nossos filhos, inculcando-lhes que a grandiosidade de um povo reside no seu sentimento de justiça, de honestidade, de lealdade, de solidariedade, de serviço, de honra.

Nada impede que os professores aproveitem todas as oportunidades para exemplificar os ensinamentos de moral e civismo, comuns a todos os ramos do Cristianismo, nas suas conversas e nas suas relações. A sinceridade e a ética profissional vedam, entretanto, ao professor digno e honesto valer-se da sua posição para inculcar dogmas ou doutrinas peculiares ao seu credo.

Verificamos com satisfação que a mentalidade generalizada do nosso povo é francamente a favor dos que trabalham; que não existem barreiras de ordem social que impeçam os brasileiros de ascenderem aos mais altos postos, em todos os setores das atividades humanas. (MANIFESTO, 1945, p. 27).

A verdadeira diferença que cava poços entre os homens, em nossa terra, é a formação moral e a formação cultural. [exercitadas e desenvolvidas as faculdades intelectuais pela leitura e meditação constante da bíblia, poderão prestar excelentes serviços à Pátria na formação do mundo melhor de amanhã].

Em todo caso, cumpre que aos nossos jovens seja ministrado, com todo empenho, o ensino do curso ginasial. (MANIFESTO, 1945, p. 28).

Uma legislação especial seria necessária para permitir os estudos ginasiais, onde e quando fossem possíveis aos estudantes pobres, com exames oficiais seriados, ou de madureza, como a visão governamental já vem permitindo. (MANIFESTO, 1945, p. 29).

Há valores reais, especialmente nas populações do interior, que poderiam ser aproveitados em Universidades rurais [...] (MANIFESTO, 1945, p. 30).

2.O Governo Vargas 1951-1954

As variações sociais sofridas pelo país apontavam a emergência dos setores industriais que tinham no PSD seu principal canal de expressão política, do operariado urbano, da aglomeração massiva, com incipiente grau de articulação, e os setores

médios urbanos, sem que nenhum impusesse sua hegemonia no cenário político, mas favorecesse a prevalência de uma política conciliatória de interesses, que teria no desenvolvimento econômico seu ponto catalisador.

2.1.Catolicismo

Na década de 50 a propaganda antiprotestante gerou, obviamente, uma extensa massa de panfletos e tratados contra o protestantismo como denúncia dos seus pressupostos doutrinários e conteúdos religiosos. Entretanto, fazia-se necessário insistir na ameaça política diante da qual o protestantismo se representava como um agente desagregador, hostil e potencialmente destruidor para com as “nossas tradições”, passando por sua pressuposta associação com o fascismo e, paradoxalmente, com o comunismo.

Este foi o fim no qual se organizou, nos anos 50 no âmbito da CNBB, o Secretariado para Defesa da Fé e da Moral. Desde a sua inserção no Brasil, em meados do século XIX, o protestantismo era denunciado como agente de interesses americanos em conquistar a América Latina. Tese reforçada por D. Sebastião Leme (1923) e reeditada nos anos quarenta de forma contundente por dom Agnelo Rossi (1946)

2.2.Protestantismo

Os anos 50 marca um incremento da militância religiosa no interior do protestantismo, e sua projeção, com a entrada das primeiras levas de estudantes protestantes na Universidade. Isto se faz junto a crescente aproximação dos Estados Unidos, da exemplaridade do seu modelo de democracia liberal, e estimulando-se o sonho protestante de uma contracultura de matriz protestante (Cf. CAVALCANTI, 1985).

Ao comentar a posição dos evangélicos em relação à participação e à ordem política, lembra Azevedo (1983) que “[...] estes não se eximiriam dos seus deveres, embora não tenham se organizado em partido e não tenham tomado atividade oficial em nome de suas comunidades” (AZEVEDO, 1983, p. 235), e completa: “com referência a atitude do jornal [batista] de 50(sic), a simpatia, uma vez só referida e ainda assim 1947 é pelo PRD que abriga muitos candidatos evangélicos” (JB 31.01.47, apud. AZEVEDO, op. cit. 6,7).

Aos protestantes em geral o que ainda estava facultado, no cumprimento dos seus deveres cívicos, era participarem do pleito eleitoral que representava “uma grande

vitória da democratização” e assim, “ajudarem os políticos” a executarem sua tarefa, sobretudo, na efetividade da Nova Constituição com seu “fundo geralmente democrático”, mas sem perder de vista “[...] o Evangelho de Cristo, na sua íntegra, como única solução dos graves problemas que assolam a Pátria [...]” (MANIFESTO, 1954, p. 3).

Esta intervenção poderia ter caráter amplo, mais especificamente em relação a membresia das igrejas, havendo velado interdito a ação dos ministros como anteriormente. No caso dos batistas, a recomendação era nos seguintes termos:

Os batistas devem, porém, votar e não só votar, até mesmo fazer propaganda dos seus candidatos. Os ministros devem cuidar de modo especial: que nenhum pastor seja mais conhecido em seu meio ambiente como político, vereador, ou candidato ou cabo eleitoral. (JB, 27.07.1950 apud. AZEVEDO, op. cit. p. 5) (grifo nosso).

Todavia, haviam inquietações teológicas permeadas pelo Evangelho Social e pelo Socialismo Religioso que adquiriram contornos mais evidentes na década seguinte. A saber, o discurso sobre a sociedade representando uma resposta de caráter contestatório do cristianismo protestante à sua contemporaneidade, resposta esta, que sensibilizou e moveu determinados setores numa maior intervenção social, sendo tais iniciativas circunscritas em bolsões bem delineados dentro do protestantismo brasileiro.

O protestantismo, com seu caráter político reacionário, viveu a contradição imposta por um momento social efervescente quando eclodiam, nos anos subsequentes, movimentos de juventude cuja militância era entusiasta,¹² animada pelo cenário latino americano e movida pela ideia de engajamento social como parte da Missão da Igreja.

Neste período da década de 50 – e depois – a restrição à militância partidária ainda era antipática aos protestantes, “... pois no panorama político partidário as contradições são frequentes (MANIFESTO, 1954, p. 7), por isso mesmo Azevedo comenta que “reconhece-se que o conceito que a política partidária goza no meio evangélico não é dos mais elevados” (JB 11.05.50, apud. AZEVEDO, op. cit., p. 5).¹³ Era, de fato, em grande medida resultado da ideia de que “o Evangelismo não tem, portanto, nenhum partido político e não procura formar a personalidade dos seus elementos para servir a esta ou aquela ideologia partidária [...]” (MANIFESTO, 1954 p. 13), muito embora a representação parlamentar crescesse.

O protestantismo estava situado entre dois dos grupos expressivos da vida política da década em questão: a classe média e o operariado (Cf. LÉONARD, 1981). Enquanto fenômeno religioso, não tradicional, ele catalisava setores que se achavam excluídos do sistema religioso prevalecente, “segmentos da classe média urbana, pouco acomodados aos padrões de dominação da classe estamental, [e que] buscavam significado para o que não mais encontravam no catolicismo [...] dogmático, litúrgico e canônico” (CAMARGO, 1973, p. 135).

Nos centros economicamente mais avançados, a classe média fazia desenvolver um setor mais dotado de consciência dos seus interesses de classe. O grupo era formado principalmente por profissionais liberais, executivos e burocratas¹⁴ ao qual Skidmore (1982) sugere constituir apenas 10% da população total do país, que politicamente tinham privilégios derivados da conjuntura e da legislação que orientava a representação política no país como, por exemplo, a exclusão dos analfabetos da expressão pelo voto, ou ainda por ser o centro privilegiado de recrutamento para a administração pública.

O protestantismo fazia conjugar a sua ética puritana de honestidade, recato com restrições comportamentais, aproximando os neófitos dos estereótipos de respeitabilidade valorizados entre a classe média urbana, ao mesmo tempo em que se tornava veículo de mobilidade social. Neste contexto de aproximação, a educação emerge como agente privilegiado.

No que concerne ao operariado, Léonard indica que:

Os políticos pastores contaminados pelas atividades eleitorais sabem muito bem que escolheram as plataformas ‘trabalhistas’ na esperança de que o povo protestante, ao qual fazem vibrante apelo, seja atraído pelos seus reflexos avermelhados, sejam eles patrocinados por um antigo ditador ou por um especulador. É auspicioso ver nisso uma nova prova de que há verdadeiras classes populares protestantes no Brasil, com tendências políticas “proletárias”. (LEONARD, 1981, p. 336) (grifo nosso)

Na análise de um dos principais órgãos de divulgação do protestantismo, Azevedo reconhece a inibição que retraiu o protestantismo na intervenção política durante o Estado Novo, comparado aos anos 50, concluindo que:

Este fechamento [em torno de si] está presente no arrefecimento da preocupação com questões políticas, verificado também após os anos 40, especialmente após a decretação do ‘Estado Novo’. Se estes índices [referentes a preocupação política] chegaram a 4.8% em 1901 e 4,6%

em 1941 numa média de 3,4% no período, no seguinte [anos 50] esta média alcança apenas 1,1%.

e acrescenta

[...] a diferença pode ser explicada assim: no início o movimento [batista] precisava mostrar identificação com a sociedade, numa forma de legitimação de sua existência, ênfase mais não necessária com a sua afirmação numérica, além disso [...] [o Jornal Batista não concebia mais] como vital para seus leitores a informação política, na presunção de que estes já a tinham em outras fontes [...] (AZEVEDO, op. cit. p. 301, 302)¹⁵

Outro aspecto relevante para somar a esta explicação, é o fato de que o restante do protestantismo estava mais mobilizado com iniciativas, pronunciamentos e diretrizes próprias e até mesmo a Confederação Evangélica.

2.2.1. A Representação Parlamentar

Sintomaticamente na legislatura de 1955 foram eleitos cinco deputados protestantes e um suplente no final do mandato para a Câmara Federal. São estes: Lauro Cruz, Nelson Omena, Antunes de Oliveira, Rui Ramos Paulo Abreu e Teixeira Gueiros. Para os deputados protestantes a questão econômica foi no dizer de Nelson Omena (NO DCN 10.05.51/5002), o “apanágio da legislatura atual” pois, no período, o parlamento era completamente voltado para a questão da produção e da economia nacional.

Os deputados entenderam que o problema vivido pelo país era onerado pela inabilidade da condução da política econômica e da improbidade administrativa de alguns funcionários graduados, no qual se pode reconhecer outra vez a prevalência da ética individual.

A crise econômica que nos assola, e a crise moral e de caráter, que se evidencia a todo passo, na corrupção, na literatura pornográfica, no egoísmo, na ganância nos menosprezo dos valores morais, na descrença e no sensualismo, são sintomas que alarmam os mais otimistas e que reclama das forças vivas da nação brasileira uma tomada de posição numa batalha de vida ou de morte. (MANIFESTO, 1954, p. 3)

Urge analisar os problemas brasileiros objetivamente como um brado de alerta à opinião pública, contra o desfribilamento moral e o desvirtuamento dos valores, valores estes que têm sido, até agora, o apanágio do povo brasileiro. (MANIFESTO, 1954, p. 4).

As discussões ainda eram permeadas por elementos da ética cristã, ao que Ramos dizia que miséria tornava-se inadmissível porque “Cristo veio para que homens tenham vida e vida em abundância [...]” (RR DCN 19.09.51/8917) e esta abundância “era a antítese da miséria social no país” acentuando assim imperativos éticos de sua profissão religiosa sobre a perspectiva da economia e da conjuntura, no que era acompanhado por outros. A confederação anuncia:

Apontando os grandes males que atingem a nossa nacionalidade [...] e declarando, em cada caso, a posição do Evangelismo brasileiro, já deixamos entrever a solução para todos os problemas que atingem a vida da nossa Pátria: volta sincera para Deus [...] (MANIFESTO, 1954, p. 27).

Afastar o verdadeiro Deus-Pai da solução dos problemas humanos implica em criar, automaticamente, outros deuses [...] sejam ideologias sociais ou políticas, líderes populares, ou organizações meramente humanas. (MANIFESTO, 1954, p. 28).

Em geral, o protestantismo do período não priorizava estas questões de conjuntura nem o ordenamento do Estado, especificamente como já vimos em Azevedo (1983). Este nos informa ainda que:

O arrefecimento se verifica também na teoria e prática crítica em relação à política religiosa do estado, [...] [devido] a adaptação do discurso do poder do aparelho do Estado, corporativista-autocrático cujas disposições cada vez mais intervencionistas e super-controladoras passaram a ser vistas como inquestionáveis e definitivas [...] certamente por dar por um lado, uma boa solução (segundo a perspectiva protestante e ‘liberal’) à questão religiosa, e, por outra, por não se constituir uma real alteração da ordem [...] (AZEVEDO, op. cit. p. 360, 361)

É nesta particular questão religiosa que está a marca central do Manifesto – como voltaremos a demonstrar – que assim afirma sua contestação primeira as práticas do catolicismo:

A igreja católica romana, enquanto reclama para si liberdade de propaganda, nos países em que é minoria, a exemplo da América do Norte, nega essa liberdade às minorias religiosas [...] vindo mesmo [...] ainda agora, a defender a política de discriminação religiosa no plano imigratório do país. (MANIFESTO, 1954, p. 5).

Contudo, o alheamento não era completo. Crescia a consciência e a iniciativa de participação política em certos setores, num cenário que se mostrava aberto, plural, e

exigia maior habilidade para quem se propusesse a controlá-lo, com um Parlamento predominantemente centrista visto por Vargas como vacilante, com uma oposição virulenta (por exemplo, Carlos Lacerda), e um Exército de neutralidade duvidosa.

No governo Vargas a educação, particularmente cara em relação a postura do protestantismo ante a sociedade, foi tema recorrente no discurso do conjunto dos parlamentares. Mesmo sabendo que esta estratégia de penetração já estava além do caráter exclusivamente instrumental e se instalava no cerne da percepção protestante de sociedade, pois:

o ideal educativo se ligava aos próprios elementos caracterizadores do protestantismo, dentre eles o individualismo como elemento formador do caráter, da ética individual, que se conjuga à ideia de responsabilidade individual, fazendo da educação, o “instrumento eficaz para se alcançar o considerado tipo de governo ideal – a democracia” de matriz americana. (RAMALHO, 1989, p. 5)

Ramalho afirma ainda que:

Baseados numa moral cristã, que se fundamenta na responsabilidade individual, alicerçada nos princípios da liberdade que desenvolvem integralmente o indivíduo, a educação, sendo eficaz, dirigida para a vida, proporciona êxito e sucesso para seus alunos. Dessa forma é possível construir uma sociedade onde o autoritarismo, a ignorância e a ineficiência devem ser substituídos pela democracia, pela instrução popular e pela eficiência.

Esses elementos conjugados trazem o progresso, que segue evolutivamente, através do aperfeiçoamento contínuo das instituições, dentro do respeito à ordem. Os textos são claros a respeito: “creem no progresso social, mediante a regeneração individual, na democracia pura, na liberdade de consciência, na separação entre a Igreja e o Estado [...] “há dois grandes fins úteis da educação que compreendem todos os outros fins subsidiários ou próximos, a saber, a edificação de personalidades perfeitas e o aperfeiçoamento da ordem social”. (Id., p. 7)

A educação, portanto, se transpõe da atividade religiosa específica para compor de forma essencial a ordem social. “O Estado se baseia nos indivíduos, somente através de pessoas instruídas ele pode formar-se democraticamente”. (Id., p. 17). Ratifica o mesmo autor:

O progresso da sociedade repousa nos indivíduos educados e, quando a educação tiver se estendido a todos os cidadãos, muitos males da sociedade estarão terminados. A Ignorância é o pior inimigo do Estado democrático, provindo dela a pobreza, o crime, e a indolência afirmam

os documentos.

Nos colégios protestantes esses princípios são dominantes – uma educação a serviço de uma democracia liberal e tomada como seu principal instrumento [...] representado especificamente através dos ensinamentos de civismo, respeito às autoridades constituídas, apoio aos ideais republicanos, estabelecimento de associações cívico-militares [...] (Id.:18)¹⁶

A educação foi mesmo este projeto caro aos protestantes, ao imaginarem que a emancipação social e política só seria possível a um povo instruído. O governo Vargas tinha uma proposta educacional que era de “decisiva e fundamental” importância, cuja análise revelava um crescimento da demanda; uma nova consciência do direito à educação; e que priorizaria o ensino primário e o ensino médio – cujo destino final seria a erradicação do analfabetismo através da mobilização geral. Pela ação do governo e pela iniciativa parlamentar, que representava o protestantismo no Conselho Nacional de Educação, o Manifesto não ocupou-se especificamente da problemática em questão. De todo modo, a educação foi marco do protestantismo em sua relação com a sociedade brasileira: a obra social e religiosa, que o protestantismo brasileiro vinha exercendo com as mais benéficas influências sobre a vida brasileira (no último século), inclusive sobre a obra educacional, desde a reforma Bernardino de Campos (MANIFESTO, 1954, p. 7).

A concepção da função do Estado, por parte do protestantismo, volta a ser, como em 1945, uma questão importante. “Coerente com a visão liberal, o estado é visto como uma instituição consagrada às liberdades do indivíduo. E esta liberdade não é uma concessão do seu poder, mas vem diretamente de Deus” (AZEVEDO, op. cit. p. 343).

Em meio a isto, o nacionalismo ameaçava um risco de fixar mais rigidamente o fosso que dividia politicamente o país. Visto que os arautos radicais do nacionalismo eram os revolucionários nacionais, cuja retórica etnofóbica era apenas um primeiro estágio de uma estratégia política de poder. De modo que a polêmica provocava apreensões instrumentalizadas contra Vargas.

Havia, entretanto, outros referentes para este nacionalismo, que não só aquele do âmbito militar. O perfil protestante já se apresentara como “nacional e nacionalista no bom sentido [...]” (AZEVEDO, 1983, p. 339). O mau nacionalismo era o radical, pois implicava no comprometimento da ordem exigindo atenção, pois “o problema social do Brasil, agrava-se dia a dia, pela atuação solerte dos inimigos do regime [...]”

(MANIFESTO, 1954, p. 6) e para o protestantismo; se mudanças fossem desejáveis, estas o seriam dentro da ordem.

Finalmente, devemos aludir à questão religiosa e suas recorrentes denúncias de violências contra as igrejas protestantes, centralizando tal problemática em torno da hermenêutica constitucional do princípio da laicidade do Estado e do não favorecimento de cultos particulares. De maneira que permita responder, através do Manifesto, as *insinuações malévolas* do catolicismo.

Os argumentos se sucedem e se reforçam, não deixando sem resposta as “aleivosas” acusações.

Também no Brasil se faz sentir, e crescentemente a mão de ferro da perseguição religiosa, a despeito das sábias leis que nos regem [...] (MANIFESTO, 1954, p. 8)

[...] líderes evangélicos foram acusados de fascistas, é a pena de um escritor católico-romano que agora apresenta este mesmo protestantismo como comunista. Não só o alto sentido do espiritual do evangelismo brasileiro, como a não existência de comunistas no meio evangélico – ou ao menos em grau infinitamente inferior ao que existe nos arraiais católicos romanos [...] é nos países católicos-que se encontram os maiores partidos comunistas, fazem com que se desmantele, por si mesma, essa acusação aleivosa. (MANIFESTO, 1954, p. 7)

*Como compreender, entretanto, nessa situação, o desrespeito as autoridades constituídas, pregado abertamente por prelados antítese da Igreja Católica Romana?*¹⁷ (MANIFESTO, 1954, p. 8)

A recente conferência de bispos, realizada em Belém do Pará, resolveu, segundo largamente divulgado pela imprensa, envidar esforços para que não mais sejam admitidos imigrantes protestantes no Brasil, contrariando assim, de público, a carta dos Direitos do Homem [...](MANIFESTO, 1954, p. 19)

É evidente que não defendemos a admissão indiscriminada de imigrantes no Brasil. A ideologia social dos que pretendem radicar-se em nosso meio, a sua sanidade mental e moral [...] capacidade de trabalho [...] instrução mínima [...] operosidade [...] são valores e qualidades que não podem ser esquecidos. (MANIFESTO, 1954, p. 20)

O Evangelismo brasileiro, confiante, como sempre, no alto discernimento das autoridades brasileiras, alimenta a firme esperança de que tão retrógrada proposição jamais venha a ter guarida na vida brasileira. (MANIFESTO, 1954, p. 6)

O quadro se reconfigura. A interinidade de Café Filho, que compôs um Gabinete de base udenista, era vista por ele mesmo, como continuidade do esforço pela

estabilidade econômica para presidir as eleições legislativas daquele ano, e o pleito presidencial do ano seguinte. Mas em meados dos anos 50 o protestantismo era chamado a devotava-se à expansão de suas igrejas pelo país e também dos movimentos teológicos menos ortodoxos, “ameaçadores”, oriundos da Europa e dos Estados Unidos.

Conclusão

Os documentos são reflexos do protestantismo em geral juntamente com as nuances e diversidades que caracterizaram o protestantismo brasileiro.

A caracterização dos dois textos em seus períodos, nos permite concluir que as questões tinham uma perspectiva pragmática e apologética. A preocupação primária do protestantismo era assegurar a *inibição* de iniciativas que lhe fossem hostis. No primeiro, as agências políticas e também o catolicismo. No segundo, as agremiações e os projetos políticos que já estavam melhor delineados. Portanto, era mais importante mostrar firmeza e revelar-se estar apto a pronta resposta ao *inimigo* principal: o catolicismo.

A retórica da religião majoritária endurecera: Dutra era professo da religião católica; a organização política ganhara eficácia; o “debate teológico” assumira feição de acusação explícita e; as iniciativas visavam mesmo “barrar” as iniciativas de incremento da fé protestante. O Manifesto, de 1954, referia-se ao Estado e a ordem política apenas para fortalecê-lo e acentuar sua responsabilidade como agente da ordem democrática, laica, resistente às pressões do catolicismo. A resposta também acentuaria o tom.

O primeiro Manifesto manteve um caráter mais pastoral, de pregação religiosa, em que pesava seu trabalhismo mitigado, enunciado-se no momento da restauração democrática, ambiência plural, temática plural, identidade à mostra, os protestantes “se ofereciam” para o projeto restaurador.

Já o segundo diz respeito ao discurso do protestantismo que crescera nos dez anos, em número de adeptos e em inserção social. O momento revelava-se estratégico para assegurar conquistas, e a principal ameaça era o catolicismo, não por pressuposição, mas pelas manifestações explícitas da intolerância católica. O resposno social haveria de ser outro ao apelo através do “alto discernimento das autoridades

brasileiras, alimenta a firme esperança de que tão retrógrada proposição jamais venha a ter guarida na vida brasileira.”

A leitura dos Manifestos e seu cotejamento com o discurso do outro protagonista religioso, o catolicismo, revela os traços que põem em relevo um e outro, a dinâmica, e as direções específicas de cada um, revelando seu padrão de transformações, reciprocamente determinadas, que no dizer de Bloch se mostram “sujeitas em seu desenvolvimento, devido a sua proximidade e a sua sincronização, a ação das mesmas causas, e remontando, ao menos parcialmente, a uma origem comum” (BLOCH, 1963, p. 19).

Assim, as considerações da abertura deste trabalho se ratificam, caso seja considerado que, o fato de haverem protestantes, seria suficiente para demandar dos demais sujeitos sociais uma reconfiguração. O que não nos permite esquecer o significado que as minorias representam no funcionamento social.

JESUS CHRIST PRACTICE DEMOCRACY TWO PROTESTANT PERSPECTIVES ON THE POLITICAL ORDER IN BRAZIL 1945-1954

Abstract: *In this paper, we compare two documents on Protestantism and the Brazilian political order – namely, The Manifesto to Evangelical believers, followers, sympathizers, and all Brazilians who fear God (1945) and The Manifesto from Evangelism to the Brazilian nation (1954) – both produced by the Evangelical Confederation of Brazil, which was intended to be representative of Brazilian Protestantism. By comparing Protestant discourse with that of its main antagonist in the dispute for the religious goods in that period, the Catholic Church, we seek to establish its identity elements. In so doing, we seek to characterize the distinctive elements of the Protestant political agenda between those two statements – the result of the internal dynamics of that segment of Christianity and its politicization as well as of the process of re-arrangement in the Brazilian society over the same period.*

Keywords: *Protestantism; Fourth Republic; Religion; Politics; Brazil.*

Documentação

ASSEMBLEIA Geral da Igreja Presbiteriana do Brasil. Igreja Presbiteriana do Brasil. Rio de Janeiro, 1928.

_____. ASSEMBLEIA Geral da Igreja Presbiteriana do Brasil. Igreja Presbiteriana do Brasil. Rio de Janeiro, 1936.

CONFEDERAÇÃO EVANGÉLICA DO BRASIL. **Aspectos da Obra Evangélica.** Congresso de Obreiros. Rio de Janeiro: Confederação Evangélica do Brasil, 1942.

CONFEDERAÇÃO EVANGÉLICA DO BRASIL. [CEB] **Manifesto aos crentes evangélicos, aos adeptos e simpatizantes, a todos os brasileiros que temem a Deus.** Rio de Janeiro: Confederação Evangélica do Brasil, 1945.

CONFEDERAÇÃO EVANGÉLICA DO BRASIL. [CEB] **Manifesto do Evangelismo à Nação Brasileira.** Rio de Janeiro: Confederação Evangélica do Brasil, 1954.

CONFEDERAÇÃO EVANGÉLICA DO BRASIL. **Presença da Igreja na Evolução da Nacionalidade.** Departamento de Estudos. Setor de Responsabilidade Social da Igreja. Rio de Janeiro: Confederação Evangélica do Brasil, 1962. mimeo.

CONFEDERAÇÃO EVANGÉLICA DO BRASIL. [CEB] **Relatórios.** 5º Biênio 1942-1944/8º Biênio 1948-1950. Rio de Janeiro: Confederação Evangélica do Brasil, 1944, 1951.

CONGRESSO NACIONAL. [DCN] **Diário do Congresso Nacional.** 1945-1948. Brasília, 1945-1948.

EPISCOPADO. 1945. Manifesto do Episcopado Brasileiro. Petrópolis. **Revista Eclesiástica Brasileira.** Petrópolis, n. 5, 1945, p. 420-424.

IGREJA, Católica Apostólica Romana. 1946. Conclusões do I Congresso nacional de Ação católica Brasileira. Petrópolis. **Revista Eclesiástica Brasileira.** Petrópolis, n. 6, p. 935-946.

Referências bibliográficas

ANDERES, Rodolfo. **A Confederação Evangélica do Brasil e suas relações com o Evangelismo Mundial.** Rio de Janeiro: Confederação Evangélica do Brasil, 1950.

AZEVEDO, I.B. de. **A Palavra marcada.** Um Estudo sobre a Teologia Política dos Batistas Brasileiros, de 1901 a 1964, segundo o JORNAL BATISTA. Dissertação. (Mestrado em Teologia). Seminário Teológico Batista do Sul do Brasil. Rio de Janeiro, 1983.

AZZI, Riolando. 1977. O início da restauração católica no Brasil. Belo Horizonte. **Síntese**, v. 10, p. 61-90.

BARREIRO, I.M. 1994. Educação modernizadora e educação de classe: o lazer, a cultura popular e o trabalho no período Vargas e Juscelino. São Paulo. **Revista Brasileira de História**, Ano 27 n. 14: pp.149-168.

BLOCH, Marc. [1928]1963. Pour une historie comparée des societés européenes. Paris, **Melanges Historiques**. tit. I p. 15-50.

BOBBIO, N. **Dicionário de política**. Brasília: UnB, 1981. 2 v.

BRUNEAU, T. **Catolicismo brasileiro em época de transição**. São Paulo: Loyola, 1974.

BURITY, J.A. **Os Protestantes e a Revolução Brasileira, 1961-1964**: A Conferência do Nordeste. Dissertação. (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1989.

CAMARGO, C.P.F. **Católicos, protestantes e espíritas**. Rio de Janeiro: Vozes, 1973.

CENTRO de Documentação e Informação-CEDI. **De dentro do furacão**. Rio de Janeiro: ISER, 1985

DELUMEAU, Jean. **Nascimento e afirmação da Reforma**. São Paulo: Pioneira, 1989.

DURVERGER, M. **Introdução à política**. Lisboa: Studios Cor, sd.

FRESTON, P. **Evangélicos na política brasileira**: História ambígua e desafio ético. Curitiba: ENCONTRÃO, 1995.

GÓES, P. de. **Do Individualismo ao compromisso social** - A contribuição da Confederação Evangélica Brasileira para a articulação de uma ética social Cristã. Dissertação. (Mestrado em Ciências da Religião) Instituto Metodista de Ensino Superior. São Bernardo do Campo, SP, 1989.

GREAVES, H.R.G. **Fundamentos da Teoria Política**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1969.

LEME, Sebastião. **A Ação Católica**. Rio de Janeiro. se.(1923)

LEONARD, E-G. **O Protestantismo brasileiro**. São Paulo: ASTE/JUERP, 1981.

MIANWARING, S. **Igreja católica e política no Brasil 1916-1985**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MOREIRA, Galdino. O Evangelho mais amplo. In CONFEDERAÇÃO Evangélica do Brasil. **Aspectos da Obra Evangélica**. Congresso de Obreiros. Rio de Janeiro: Confederação Evangélica do Brasil, 1942.

- NEVES, A. **Digesto Presbiteriano**. São Paulo: CEP, 1950.
- PERRUCCI, G. 1963. Realidade e Protestantismo no Brasil. Recife. **Estudos Universitários**. Ano 3, n, 5 p. 21-47, jul-set.
- RAMALHO, J.P. **As características pedagógicas dos colégios protestantes e as categorias ideológicas do liberalismo**. São Paulo, CEHILA, 1989. Mimeo.
- REILY, D.A. **História documental do protestantismo brasileiro**. São Paulo: ASTE, 1989.
- ROMANO, R. **Brasil: Igreja contra Estado**. São Paulo: Kairós, 1979.
- ROSSI, Agnelo. 1946. Por que as missões protestantes na América Latina? Petrópolis. **Revista Eclesiástica Brasileira**. Petrópolis, n. 6, p. 610-622.
- _____. 1947. A ação bíblica protestante no Brasil. Petrópolis. **Revista Eclesiástica Brasileira**. n. 7, p.- 45-56.
- SANTOS, João Marcos Leitão. 2001. Protestantismo e Política no Brasil. Parlamentares Protestantes na Câmara Federal 1946-1964. Recife, **POLÍTICA HOJE**. *Revista do Mestrado em Ciência Política*. Ano 7, n. 11, pp. 235-264.
- SANTOS, João Marcos Leitão. **Protestantismo e Política Partidária no Brasil. O Partido Republicano Democrático 1945-1948 – Um Partido Protestante**. Dissertação (Mestrado em Teologia) Seminário Teológico Batista do Norte do Brasil, (Área de Concentração: História do Cristianismo). Recife, 2005.
- _____. 2007. A contribuição protestante á educação no Brasil. Recife. **TÓPICOS EDUCACIONAIS**, *Revista do Centro de Educação*. UFPE, Ano 4, n. 6, pp. 109-141.
- _____.1999. Fazer História versus Falar do Passado: Para uma análise Crítica da Historiografia Protestante no Brasil. Petrópolis. **Revista Eclesiástica Brasileira**. n. 5,. 108-126.
- SHAULL, Richard, **De Dentro do Furacão**. Rio de Janeiro: CEDI, 1985.
- SKIDMORE, T. **Brasil: De Getúlio a Castelo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

Notas

¹ O PCB daria nova demonstração de força em 47 vencendo a UDN em São Paulo e maioria na Câmara da capital federal, sendo declarado ilegal no mesmo ano, ao mesmo tempo em que Dutra fecha a Confederação dos Trabalhadores do Brasil.

² Como os das Comissões de Eficiência e Bem-Estar Social ou o Serviço Social da Indústria-SESI.

³ Organização dos Círculos Operários, das Associações de Juventude, Congregações de mulheres e leigos como por exemplo, as Congregações Marianas, Aliança Feminina.

⁴ Emancipação dos presbiterianos na primeira década, dos batistas na década de 20 e dos metodistas nos anos 30

⁵ Para o significado de Richard Shaull na formação e atuação de uma militância política no Brasil, (Cf. CEDI, 1985)

⁶ A proposta expressa no manifesto corresponde ao programa do Partido Trabalhista.

⁷ Para um estudo sobre a organização de um partido político protestante, ver SANTOS, João Marcos Leitão. *Protestantismo e Política Partidária no Brasil. O Partido Republicano Democrático 1945-1948 – Um Partido Protestante*. Dissertação (Mestrado em Teologia) Seminário Teológico Batista do Norte do Brasil, (Área de Concentração: História do Cristianismo). Recife, 2005.

⁸ A representação parlamentar foi inaugurada na Constituinte de 1934, e teve seu crescimento a partir da década de 50.

⁹ “[...] passada a Constituinte [de 1934] a reação da comunidade protestante foi de isolamento.” (FREESTON, 1995, p. 156).

¹⁰ Veja-se, por exemplo, a questão da entronização da imagem de Cristo nas Assembleias. A partir da proposta de que nos plenários das casas legislativas nacionais fosse colocado um crucifixo invocando a benção divina para as tarefas que ali se produziam, gerou-se ampla polêmica em torno do assunto, ocasionando a publicação “A Imagem de Cristo nas Assembleias” contendo discursos dos parlamentares protestantes em diversos estados e de Guaracy Silveira na Câmara Federal.

¹¹ As referências aos pronunciamentos parlamentares se farão da seguinte forma: as letras maiúsculas abreviam o nome do parlamentar, segue-se o ano, barra, o volume nos Anais da Câmara/Diário do Congresso Nacional e a página

¹² “São os que promovem congressos para discutir problemas sociais, são os que se envergonham da miséria do subdesenvolvimento e acreditam que não foi Deus que criou o mundo desta forma para castigá-lo. Antes, procuram causas materiais – políticas, econômicas e sociais – da sociedade e tentam ajustar-se ao progresso humano para superar a crise capitalista atual. [...] Mas a história é irreversível e os jovens progressistas aumentavam cada vez mais em número.”(PERRUCCI, 1963, p. 255, apud. BURITY 1989, p. 186).

¹³ “**não necessitamos nem devemos pensar em partido cristão** [...] a idéia que surge apenas e algumas vezes como resultado dos naturais desapontamentos com a nossa estrutura política partidária. Pelo contrário, em vez de se separarem, os cristãos devem oferecer sua cooperação em quantos setores possam (sindicatos, centros de estudo e pesquisa), **principalmente** no político.” [grifos nossos] II Reunião de Estudos Responsabilidade Social da Igreja. Setor de Responsabilidade Social da Igreja. Confederação Evangélica do Brasil. (CEB, 1962, p. 6).

¹⁴ Vargas se deparava com questões conjunturais exigindo respostas (o déficit da balança de pagamentos, no âmbito externo, e a inflação tencionando a sociedade, a nível interno), as quais ele pretendia responder levando em conta as paixões e os interesses políticos, cuja tendência final era o desenvolvimentismo nacionalista.

¹⁵ Pela sua configuração doutrinal e pela sua experiência histórica, os batistas sempre foram avessos a entidades associativas, senão excepcionalmente. No Brasil resistiu a sua associação a Confederação Evangélica Brasileira.

¹⁶ O protestantismo criou associações de militares evangélicos, para promover a integração entre os seus membros e promover a celebração de seus cultos, respondendo à prática de celebrações católicas em eventos cívicos e militares.

¹⁷ A referência é a uma notícia do Jornal do Brasil: “combatendo o divórcio o cardeal D Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, arcebispo de São Paulo, afirmou no Sexto Congresso Eucarístico nacional, ora reunido nesta cidade, em defesa da tese: se algum poder instituir o divórcio, temos o direito e o dever de pegar em armas contra ele”. (Jornal do Brasil 16.09.1953)